



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº _____ , **DE 2024.**
(Do Sr. Gustavo Gayer)

Solicita informações a Sr.^a Ministra da Saúde, a respeito da notícia que o governo pretende reduzir a idade para tratamento hormonal e procedimentos cirúrgicos em adolescentes.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Ex.^a., com base no art. 50§, 2º, da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas a Senhora Ministra da Saúde, informações quanto a notícia que o governo pretende reduzir a idade para tratamento hormonal e procedimentos cirúrgicos em adolescentes.

Com o objetivo de instruir as informações relativas a este requerimento de informações e, também, tendo como base os informativos veiculados pela imprensa, solicito que sejam respondidos os seguintes questionamentos:

- 1- Como o governo garante que crianças e adolescentes, que ainda estão em uma fase de intenso desenvolvimento físico e psicológico, têm a maturidade necessária para tomar decisões definitivas sobre tratamentos hormonais e cirúrgicos que podem ter efeitos irreversíveis?
- 2- Quais são os protocolos de acompanhamento psicológico e psiquiátrico que serão implementados para garantir que os adolescentes compreendam todas as implicações de suas escolhas, tanto a curto quanto a longo prazo?
- 3- O governo está considerando os riscos de alterações hormonais e cirúrgicas, como a perda de fertilidade, complicações de saúde e mudanças permanentes no corpo, que podem afetar profundamente o bem-estar e o psicológico das crianças e adolescentes no futuro?





- 4- Quais são as evidências científicas que sustentam a decisão de permitir que crianças e adolescentes tomem essas decisões sem uma avaliação cuidadosa e acompanhamento contínuo por profissionais de saúde qualificados?
- 5- Como o governo irá garantir que a pressão social, cultural ou externa não influencie indevidamente as decisões dos jovens, levando-os a buscar tratamentos irreversíveis antes de estarem prontos para isso?
- 6- O governo está levando em consideração que a identidade de gênero dos adolescentes pode continuar a evoluir durante a adolescência, e como será feito o monitoramento para evitar arrependimentos de decisões feitas em uma fase de incerteza e autoexploração?
- 7- Como serão protegidos os direitos dos pais e responsáveis em relação à supervisão e orientação dos filhos, garantindo que decisões de tamanha magnitude não sejam tomadas sem o consentimento adequado ou sem a compreensão total dos impactos?
- 8- O governo está considerando o aumento do risco de problemas de saúde mental entre crianças e adolescentes que possam passar por tratamentos hormonais ou cirúrgicos antes de estarem psicologicamente preparados para lidar com as consequências dessas mudanças físicas?
- 9- Que medidas serão tomadas para garantir que esses procedimentos não se tornem uma "normalização" de decisões irreversíveis, sem uma reflexão profunda e um processo de orientação que leve em conta o potencial de arrependimento futuro?
- 10- Em que medida o governo está disposto a adotar um enfoque equilibrado, que, ao mesmo tempo em que respeita os direitos das crianças e dos adolescentes, também considera os riscos significativos de alterações permanentes no corpo e na saúde mental de uma pessoa jovem?





Por fim, solicita-se o fornecimento de informações complementares que a senhora Ministra da Saúde entenda como pertinentes, que ajudem a esclarecer essa situação.

JUSTIFICAÇÃO

O governo tem discutido a possibilidade de reduzir a idade mínima para a realização de tratamentos hormonais e procedimentos cirúrgicos em adolescentes, especialmente aqueles relacionados à transição de gênero.

Embora a intenção por trás dessa proposta seja oferecer mais autonomia aos jovens, essa medida levanta sérias preocupações sobre os impactos físicos, emocionais e psicológicos que esses procedimentos podem causar em indivíduos que ainda estão em um estágio crítico de desenvolvimento.

Conforme informações divulgadas na mídia¹, o Ministério da Saúde anunciou que vai fazer uma série de mudanças no Programa de Atenção Especializada à Saúde da População Trans (Paes Pop Trans), entre elas a diminuição da idade mínima para tratamentos. Ambulatórios habilitados poderão dar bloqueadores de hormônios para crianças nos primeiros sinais da puberdade, com aproximadamente 12 anos de idade. Esses medicamentos impedem a ação dos hormônios sexuais, que ajudam em questões importantes nas mudanças do corpo, como o crescimento de pelos ou de seios.

Também, a reportagem expõe que a idade mínima para começar o tratamento hormonal vai diminuir de 18 para 16 anos com a autorização dos pais. Nesse processo, a pessoa trans faz uso de hormônios para que seu corpo comece a mudar e ganhe características típicas do gênero almejado. Por fim, a idade para a prática de cirurgias plásticas irreversíveis, como a retirada de seios ou mudança nas genitais, também será diminuída de 21 anos para 18.

Ressalta-se, que crianças e adolescentes, como sabemos, estão em uma fase da vida marcada por rápidas mudanças físicas e emocionais. O corpo e a mente ainda estão em processo de amadurecimento, e decisões que envolvem modificações

<https://www.brasilparalelo.com.br/noticias/ministerio-da-saude-lanca-portaria-para-diminuir-lade-minima-de-procedimentos-para-troca-de-sexo>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal **GUSTAVO GAYER** – PL/GO

hormonais ou intervenções cirúrgicas podem ter consequências irreversíveis, muitas vezes sem que tenham plena compreensão ou a maturidade necessária para avaliar todos os riscos. O tratamento hormonal, por exemplo, pode afetar aspectos como a fertilidade e o funcionamento do sistema endócrino, além de influenciar diretamente o desenvolvimento físico e mental.

Outro ponto fundamental é o impacto psicológico dessa decisão. A adolescência é uma fase de questionamento e exploração da identidade, e é natural que os jovens passem por períodos de incertezas e mudanças de opinião. Permitir que decisões tão definitivas sejam tomadas sem uma avaliação cuidadosa e acompanhamento psicológico adequado pode resultar em arrependimentos futuros, já que os adolescentes podem não ter a capacidade de compreender completamente as implicações dessas escolhas a longo prazo.

A redução da idade mínima também levanta questões sobre o papel dos pais e responsáveis. A autonomia dos adolescentes é importante, mas decisões de tamanha magnitude devem ser tomadas com o apoio e supervisão de adultos que possam proporcionar uma visão equilibrada e responsável dos impactos que essas decisões podem trazer. A falta desse acompanhamento pode deixar os jovens vulneráveis a pressões externas ou a influências momentâneas.

Diante desse cenário, o governo deve agir com responsabilidade, assegurando que as políticas públicas priorizem o bem-estar físico e emocional de todos os cidadãos, especialmente dos mais jovens, que ainda estão em busca de uma compreensão completa de si mesmos e do mundo ao seu redor.

Sala das Sessões, de de 2024.

Deputado **GUSTAVO GAYER**
PL/GO

